



O olhar dos professores ao Programa Saúde na Escola: contribuições na perspectiva do ensino de ciências naturais

Teachers' view of the School Health Program: contributions from the perspective of teaching natural sciences



Edson Manoel dos Santos

Mestre em Ensino de Ciências e Matemática

Doutorando em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

bioedsonm@uol.com.br



Valéria Trigueiro Santos Adinolfi

Doutora em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

São Paulo, SP – Brasil.

vtrigueiro@ifsp.edu.br

Resumo: O Programa Saúde na Escola está presente em muitos municípios brasileiros, com expressivo protagonismo dos profissionais de saúde. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar o Programa Saúde na Escola sob o olhar dos professores, especialmente os de ciências naturais, quanto às parcerias estabelecidas entre escolas e unidades de saúde, buscando identificar o lugar da educação no planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas. Um questionário foi aplicado para professores da DRE Pirituba/Jaraguá e analisados com o Discurso do Sujeito Coletivo. Ao todo, 251 professores participaram representando 66 escolas. Os resultados sugerem que o poder simbólico do jaleco branco está presente na parceria entre educação e saúde, que os professores não estão envolvidos no planejamento, execução e avaliação do Programa, que as ações apresentam relações diretas com conteúdos de ciências da natureza e que os docentes deveriam ter o protagonismo na parceria, em especial os de ciências da natureza.

Palavras chave: ensino de ciências; escolas promotoras de saúde; poder do jaleco branco; programa saúde escola; saúde escolar.

Abstract: The Health at School Program is present in many Brazilian municipalities, with an expressive role of health professionals. Thus, the objective of this research is to analyze the Health at School Program from the point of view of teachers, especially those of natural sciences regarding the partnerships established between schools and health units, seeking to identify the place of education in the planning, execution and evaluation of the actions developed. Questionnaire was applied to teachers of DRE Pirituba/Jaraguá and analyzed with the Discourse of the Collective Subject. In all, 251 teachers participated representing 66 schools. The results suggest that the symbolic power of the white coat is present in the partnership between education and health, that the teachers are not involved in the planning, execution and evaluation of the program, that the actions have direct relationships with natural science contents and that the teachers should have a leading role in the partnership, especially those with natural sciences.

Keywords: science teaching; school health program; white coat power. health promoting schools; school health.

Cite como

(*ABNT NBR 6023:2018*)

SANTOS, Edson Manoel dos; ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. O olhar dos professores ao Programa Saúde na Escola: contribuições na perspectiva do ensino de ciências naturais. *Dialogia*, São Paulo, n. 42, p. 1-18, e22482, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/42.2022.22482>.

American Psychological Association (APA)

Santos, E. M. dos., & Adinolfi, V. T. S. (2022, set./dez.). O olhar dos professores ao Programa Saúde na Escola: contribuições na perspectiva do ensino de ciências naturais. *Dialogia*, São Paulo, 42, p. 1-18, e 22482. <https://doi.org/10.5585/42.2022.22482>.

1 Introdução

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política pública nacional criada em 2007 pelos Ministérios da Educação e da Saúde, para aproximar os serviços de educação e saúde nos territórios vinculados às Unidades Básicas de Saúde (UBS), visando contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino (BRASIL, 2007). Com o PSE, muitas ações clínicas e/ou de promoção à saúde são realizadas pelas UBS nas escolas pactuadas ao Programa, conforme as necessidades e disponibilidade de cada localidade.

As atividades do PSE são realizadas com base em 12 ações, a saber:

- I. Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*;
- II. Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas;
- III. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas;
- IV. Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos;
- V. Prevenção das violências e dos acidentes;
- VI. Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação;
- VII. Promoção, avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor;
- VIII. Verificação e atualização da situação vacinal;
- IX. Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;
- X. Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração;
- XI. Direito sexual, reprodutivo e prevenção de DST/AIDS;
- XII. Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração (BRASIL, 2017).

As ações propostas pelo PSE não são novas na educação brasileira, temas de saúde escolar já eram presentes na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971 (BRASIL, 1971), na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), na LDB de 1996 (BRASIL, 1996), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998a) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998b).

Atualmente é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quem normatiza as aprendizagens essenciais que devem ser levadas aos estudantes, em todas as regiões do país, ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, para lhe serem assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2018) e o tema da saúde escolar pode ser identificado na competência geral da educação básica n.º 8: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2018, p. 10).

Além da BNCC, o Currículo da Cidade de São Paulo (CCSP) (SÃO PAULO, 2019), em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, também apresenta relações com as ações do PSE em diversas disciplinas, especialmente na de ciências naturais.

Entretanto, a ausência do PSE de maneira explícita na BNCC e no CCSP (SANTOS; ADINOLFI, 2020), corrobora com estudos realizados por Assis e Araújo-Jorge (2014) com as propostas curriculares de ciências naturais de 21 estados de todas as regiões do país entre os anos de 2007 e 2014, indicando que apenas a proposta curricular da Paraíba apresentava o PSE em linhas gerais, ressaltando a necessidade de que as ações do programa sejam realizadas de maneira participativa e que constem no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar o Programa Saúde na Escola sob o olhar dos professores, em especial os de ciências naturais – quanto às parcerias estabelecidas entre as unidades escolares e unidades de saúde, buscando identificar o lugar (ou não) da educação no planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas.

2 Procedimentos metodológicos

A cidade de São Paulo apresenta uma rede com 4.761 unidades educacionais sob sua responsabilidade e/ou supervisão, das quais 1.535 pertencem à rede municipal direta, 2.470 da rede conveniada e 756 da rede particular distribuídas pelas 13 Diretorias Regionais de Educação (DRE)¹.

A rede municipal direta conta com 1.048.576 matrículas ativas, das quais 106.309 na DRE Pirituba/Jaraguá, distribuídos em 142 escolas, território desta pesquisa². Este território com 959.757 habitantes apresenta ampla diversidade que resulta em desigualdade social, regiões com bairros em extrema vulnerabilidade social em relação a outros com maior concentração de renda. No território da DRE Pirituba/Jaraguá, a renda média familiar em 2017 variava entre R\$2.642,91 no distrito Perus, para R\$9.348,58 em Perdizes. A expectativa de vida varia de 79 anos em Perdizes para 60,3 em Anhanguera³.

Foi aplicado um questionário eletrônico aos professores das escolas do território da DRE Pirituba/Jaraguá – evitando assim interferências externas nas respostas e proporcionando a privacidade e o anonimato dos participantes. O link com o questionário foi enviado, via e-mail,

¹ Dados Abertos da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em:

http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/cadastro-de-escolas-municipais-conveniadas-e-privadas. Acesso: 07 out. 2021.

² Referente a dezembro de 2020. Fonte: Dados Abertos da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/microdados-matriculas. Acesso em: 07 out. 2021.

³ Dados disponíveis em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.



para a gestão pedagógica das escolas municipais e conveniadas da DRE Pirituba/Jaraguá, para que fosse encaminhado posteriormente aos docentes. O link também foi compartilhado via aplicativo de mensagens.

A pesquisa foi disponibilizada para todos os professores dos, Centro de Educação Infantil (CEI), Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM), pois o PSE apresenta uma proposta interdisciplinar e, na prática, é executado em qualquer disciplina, a depender do horário em que a atividade for realizada. Mesmo que os temas do PSE apresentem maior proximidade com o currículo de ciências naturais, estes temas também são abordados pelas professoras generalistas da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, como também podem ser explorados pelos demais docentes no Ensino Fundamental II.

Ao todo, 372 questionários foram respondidos, dos quais 121 foram excluídos por terem sido respondidos por professores não atuantes no território da DRE Pirituba/Jaraguá; duplicidade; serem de escolas de fora do território da DRE pesquisada; questionário respondido por gestores escolares.

A primeira parte do questionário foi composta por informações iniciais como a atuação do professor, incluindo o tipo de unidade e a localização da escola em que trabalha, gênero, faixa etária, cargo que ocupa e tempo de experiência docente. Concluída esta parte, eram feitos os próximos questionamentos ao participante: “Você conhece o Programa Saúde na Escola (PSE)? (atividades dos profissionais de saúde na escola)” (pergunta 1); “Você tem conhecimento das atividades do PSE desenvolvidas pela Unidade Básica de Saúde (UBS) na escola em que você trabalha atualmente?” (pergunta 2). Caso a resposta fosse negativa na pergunta 2, o professor era direcionado para o final do questionário, o que ocorreu com 124 respostas.

As questões dissertativas do questionário foram analisadas com o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que entende que o pensar é um ato sociocognitivo em que expressar um pensamento é deixar a pessoa livre para discorrer sobre determinado assunto, contando uma história com conteúdo vivido e argumentos que a sustentem, quando estes pensamentos são compartilhados por um mesmo grupo de indivíduos presentes num dado tempo e espaço, um DSC pode expressar as ideias deste grupo (LEFÉVRE, 2017).

De cada depoimento presente nas questões dissertativas, foram extraídas Expressões-Chave, sintetizando-as de acordo com a semelhança entre as Ideias Centrais. “Desta forma, a opinião coletiva como produto empírico ganha voz e pessoa: aquela que poderíamos chamar de primeira pessoa coletiva do singular” (LEFEVRE et al. 2010, p. 801). Para cada resposta, um

conjunto de expressões-chave, de uma mesma ideia central, foi utilizado para a construção do discurso coletivo, sintetizando, assim, a ideia apresentada. Para cada discurso coletivo, foram sintetizados e registrados a quantidade de respostas individuais que dão origem ao discurso. O Quadro 1, apresenta o passo-a-passo da elaboração de um DSC.

Quadro 1 – Passo a passo da elaboração de um Discurso do Sujeito Coletivo

Pesquisa: O olhar dos profissionais de educação ao Programa Saúde na Escola: contribuições na perspectiva do ensino de Ciências Naturais
Pergunta: Qual a sua percepção sobre o PSE?
1º Passo – Selecionar todas as respostas atribuídas a mesma pergunta segundo os critérios estabelecidos pelo pesquisador (neste exemplo, são utilizados somente as respostas dos Professores de Ciências).
Prof. Ciências 1: Acho um programa muito interessante e necessário.
Prof. Ciências 2: Boa intenção, mas não sei se é efetivo.
Prof. Ciências 3: Muito bem atendidos quando dentro das possibilidades
Prof. Ciências 4: O programa é uma iniciativa maravilhosa, que aborda os temas de saúde e higiene de uma forma mais descontraída e interativa. Por ser uma atividade sem os professores, os alunos já ficam muito mais empolgados, e algumas das equipes que vem até nossa escola são excepcionais e cativam os alunos do início ao fim da atividade
Prof. Ciências 5: O programa contribuiu com atividades relacionadas a saúde e bem estar dos estudantes.
Prof. Ciências 6: Participei apenas de uma reunião
2º Passo – Identificação da ideia central e das expressões-chave de cada uma das respostas. Cada resposta pode ter mais de uma ideia central, sendo necessário separar as expressões-chave para a ideia central correspondente.
Ideia central: Percepção positiva sobre o Programa
Expressões-chave:
Programa muito interessante e necessário
Boa intenção, não sei se é efetivo
Bem atendidos dentro das possibilidades
Iniciativa maravilhosa, temas de saúde e higiene de forma descontraída e interativa
Contribui com atividades relacionadas a saúde e bem-estar dos estudantes;
Participei apenas de uma reunião
3º Passo – Elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo. As expressões-chave de uma mesma ideia central são utilizadas para elaborar um discurso coletivo.
Participei apenas de uma reunião, o programa é interessante e necessário, tem boa intenção, mas não sei se é efetivo. A iniciativa é maravilhosa dentro das possibilidades, temas de saúde e higiene são abordados de forma descontraída e interativa contribuindo para o bem-estar dos estudantes.

Fonte: SANTOS, 2021, p. 94.



As respostas atribuídas aos seis professores, apresentadas no Quadro 1 acima, após aplicação da metodologia, passam a ser representadas pelo DSC, transformando assim as seis respostas em um único discurso que representa a ideia de todo o grupo.

A realização desta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo, sob o parecer 4.211.159 de 13/08/2020.

3 Resultados e discussões

Quase metade dos professores participantes da pesquisa, representados nas 251 respostas, atuam em EMEF (49,8%), seguidos de CEI (31,5%), EMEI (14,3%) e EMEFM (4,4%), representando 20% do total de escolas da DRE Pirituba/Jaraguá.

O gênero feminino foi majoritário nas respostas com 86,1%; faixa etária predominante entre 31 e 40 anos (39%); quase 40% dos docentes dedicaram entre 11 e 20 anos para a educação.

Concluída a etapa de coleta de dados iniciais, o professor foi questionado sobre seu conhecimento quanto ao PSE nas perguntas 1 e 2. Na pergunta 1: “Você conhece o Programa Saúde na Escola (PSE)? (atividades dos profissionais de saúde na escola)”, 55% (n=138) responderam “Sim”, enquanto 45% (n=113) afirmaram “Não conhecer o Programa”.

Situação como a de professores que não conhecem o PSE e atuam em escolas cadastradas e prioritárias ao Programa, foi identificada por Faria e Carvalho (2004) com professores que lecionavam em escolas da rede Escolas Promotoras de Saúde (EPS) no norte de Portugal, mas desconheciam tal informação.

Na pergunta 2: “Você tem conhecimento das atividades do PSE desenvolvidas pela Unidade Básica de Saúde (UBS) na escola em que você trabalha atualmente?”, os dados apresentam uma pequena variação, mostrando que 50,6% (n=127) afirmam ter conhecimento das ações do PSE nas escolas em que trabalham atualmente, contra 49,4% (n=124), que afirmam desconhecer tais práticas.

Semelhante aos resultados obtidos na Pergunta 1, 49,4% (n=124) dos professores desconhecem a realização de ações do PSE nas escolas em que trabalham atualmente, o que representa 53 unidades de ensino. Considerando que ao todo 66 escolas estão representadas nas 251 respostas, em 80% das unidades educacionais, um ou mais professores desconhecem a realização de ações do PSE, o que indica a fragilidade na comunicação interna sobre as parcerias intersetoriais nas quais a escola está inserida.

O desconhecimento das ações do PSE em escolas cadastradas ao Programa, também foi identificado por Bringel *et al.* (2016), em pesquisa com 12 profissionais de uma escola no interior

da Bahia, onde as ações sobre sexualidade não contavam com o apoio da UBS, pois os professores desconheciam o Programa. Este desconhecimento também foi identificado em diretores de escolas cadastradas ao PSE na cidade de Dourados-MS, quando Gentil e Cordeiro (2020) pesquisaram a percepção dos gestores escolares sobre a vacinação de HPV nas escolas.

Estes resultados evidenciam que os professores não conhecem ou tem pouco conhecimento sobre o Programa em todos os tipos de unidade escolar, inclusive em escolas cadastradas e prioritárias.

Da pergunta 3 em diante, a análise é realizada com base nas 127 respostas dos professores que responderam “Sim” na Pergunta 2, ao afirmarem ter conhecimento das ações do PSE nas escolas em que trabalham atualmente. Estas 127 respostas representam 44 escolas em todos os níveis de ensino.

As atividades do PSE executadas pelos profissionais das UBS foram o foco da Pergunta 3: “Você já acompanhou a realização de alguma atividade do PSE?”. Como sugere a pergunta, as ações do Programa devem ser acompanhadas e espera-se que haja o envolvimento direto dos professores durante o seu desenvolvimento, considerando uma participação ativa e não apenas a simples presença do docente para manter a “ordem” durante a atividade.

Quase 20% dos professores que afirmaram conhecer a realização de atividades do PSE nas escolas em que trabalham atualmente, não acompanharam a realização de nenhuma ação do Programa, considerando apenas os professores de ciências naturais, cinco afirmaram já terem acompanhado alguma atividade do PSE e apenas um professor, nunca acompanhou.

A percepção dos professores sobre o PSE que esteve presente na Pergunta 4: “Qual a sua percepção sobre o PSE?”, foi analisada de acordo com a técnica do DSC. Entre os seis professores de ciências naturais, o DSC de ideia central “percepções sobre o programa” é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – DSC Professores de ciências naturais – ideia central percepções sobre o Programa

Particpei apenas de uma reunião, mas o programa é interessante e necessário, tem boa intenção, mas não sei se é efetivo. A iniciativa é maravilhosa, temas de saúde e higiene são abordados de forma descontraída e interativa contribuindo para o bem-estar dos estudantes.

Fonte: Os autores.

Embora com pouca participação, se observa a necessidade de envolver os professores de ciências naturais no planejamento das ações, para que elas possam estabelecer conexões com o conteúdo trabalhado em sala de aula pelos docentes, pois são muitas as relações entre a disciplina de ciências naturais e as ações do PSE (SANTOS; ADINOLFI, 2020).

A percepção dos professores ao PSE, pode estar envolta na presença (ou ausência) da intersetorialidade que o Programa exige. É importante que a atuação intersetorial seja de fato compartilhada e que as decisões sejam tomadas de maneira horizontal, conforme preconiza os documentos do PSE, de modo a evitar que o protagonismo do setor saúde ofusque a atuação da educação (SOUSA; ESPERIDIÃO; MEDINA, 2017).

Na Pergunta 5: “As atividades do Programa Saúde na Escola constam no PPP da escola?”, de antemão, admite-se que o fato da parceria com o PSE estar presente no PPP, não significa relação direta com sua realização, pois ações podem ter sido desenvolvidas e não constarem no documento, como o oposto também pode ocorrer, ações estarem previstas no PPP e não terem sido realizadas. Entretanto, entende-se que a presença da parceria com a UBS no PPP da escola, pressupõe um planejamento prévio e uma iniciativa da escola para que as ações fossem desenvolvidas no decorrer do ano letivo.

Entre as respostas, identifica-se que para 35,4% (n=45) dos professores o PSE consta no PPP, 54,4% (n=69) não sabem informar e para 10,2% (n=13) o PSE não consta no PPP. Para se certificar da veracidade quanto ao PSE no PPP, foram consultados o PPP de 23 escolas (52%), entre as 44 que estão representadas na Pergunta 5, e identificou-se que o PSE não está contemplado no PPP das escolas consultadas, pois, somente em 9% (n=4) dos PPP havia alguma referência expressa ao PSE ou a efetiva parceria com a UBS, para os anos de 2019 e/ou 2020.

Na Pergunta 6: “Você concorda ou discorda da seguinte afirmação: as atividades realizadas pela UBS são PLANEJADAS em conjunto com a escola.”, para quase 50% dos professores, as ações do PSE são parcialmente planejadas em conjunto com a escola, entretanto, para uma professora de ciências naturais “*Nunca houve comunicação entre a UBS e a escola para o planejamento das atividades, nem ao menos para o planejamento da data em que as atividades ocorreriam, eles simplesmente mandam o calendário deles, de quando eles virão (e nem sempre mandam com antecedência, e nós, professores, às vezes somos avisados no dia que haverá a atividade)*” (sic).

Na Pergunta 7: “Você concorda ou discorda da seguinte afirmação: as atividades realizadas pela UBS são EXECUTADAS em conjunto com a escola”, a execução em conjunto das atividades do PSE entre profissionais de saúde e professores das escolas, mostrou pouca diferença entre os docentes que concordam parcialmente (41,7%) ou concordam totalmente (38,6%), que as ações são executadas em conjunto.

Entretanto, observa-se que a parceria ocorre apenas em aspectos operacionais, para que a atividade seja realizada, como a organização do espaço físico, disponibilização de listas e controle dos estudantes. Mesmo entre os que concordam total ou parcialmente na execução em conjunto,

não se visualiza uma abordagem pedagógica por parte dos professores na ação, apenas operacional e até de “cuidadores”, ao limitarem sua participação no cuidado dos estudantes.

A ausência de professores acompanhando efetivamente a execução das ações é resultado de uma falha na concepção estrutural do PSE, que concebe apenas teoricamente a participação dos docentes, silenciando o campo da educação desde o planejamento, financiamento, execução e avaliação das ações do Programa.

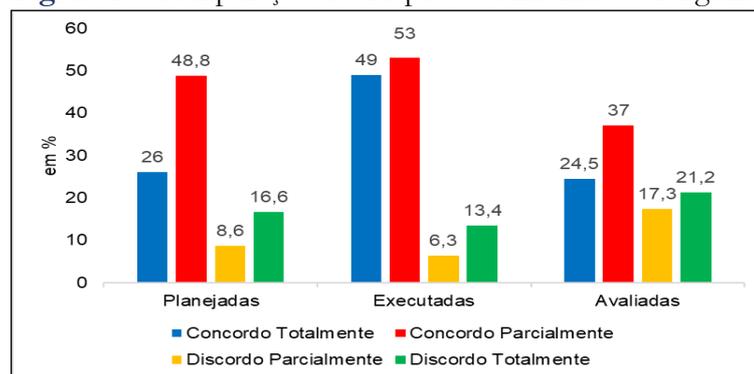
A ausência de um planejamento, como observado na Pergunta 6, resulta em uma postura passiva dos docentes. Esta postura dos educadores no planejamento e na execução das atividades é vista por Leite *et al.* (2015, p. 283) como um “certo comodismo dos professores em esperar que a iniciativa na concretização das ações parte da UBS, não havendo iniciativas ou continuidade na escola”.

Gentil e Cordeiro (2020) ao acompanharem a vacinação contra HPV em 21 escolas da cidade de Dourados, identificaram que somente em uma, houve o acompanhamento dos docentes no processo realizado pela equipe de saúde, conduzindo atividades por meio de vídeos e palestras, aos estudantes, para explicar a importância da vacina de HPV. Uma ação como esta, citada pelas autoras, só é possível quando há planejamento prévio antes da execução das ações.

Na Pergunta 8: “Você concorda ou discorda da seguinte afirmação: as atividades realizadas pela UBS são AVALIADAS em conjunto com a escola.”. A realização de momentos de avaliação é fundamental em qualquer atividade e primordial nas ações educativas, de modo a verificar se os objetivos iniciais foram ou estão sendo alcançados e para refletir sobre a necessidade de melhorias/adaptações ao processo, e com o PSE não deve ser diferente. Tão importante quanto o planejamento e a execução serem realizados em conjunto, a avaliação também deve ser, porém, somente 24,5% dos professores concordam totalmente neste quesito, ao passo que uma porcentagem expressiva de 17,3% discorda totalmente.

Ainda assim, ao considerar se as atividades do PSE são planejadas, executadas e avaliadas em conjunto, a opção “Concordo Totalmente” foi mais citada na execução em conjunto e a opção “Discordo Totalmente” na avaliação das ações, como observado na Figura 1.

Figura 1 – Comparação das respostas atribuídas às Perguntas 6, 7 e 8 (em %)



Fonte: Os autores.

Vale ressaltar que o monitoramento e a avaliação das ações do PSE fazem parte das diretrizes para a implementação do Programa e devem ser realizados de maneira sistemática e permanente pelos profissionais de educação e de saúde.

Na pergunta 9: “Quais são as principais atividades desenvolvidas pela UBS na escola?”; muitas são as atividades realizadas, algumas diretamente relacionadas as 12 ações do PSE como, por exemplo, vacinação, saúde bucal, combate ao mosquito *Aedes aegypti* e outras não relacionadas diretamente, como saúde do trabalhador, aleitamento materno e encaminhamentos para especialidades médicas.

Observou-se entre os professores de todos os níveis de ensino, um destaque para vacinação e saúde bucal em relação às demais ações, sendo citadas respectivamente 80 e 59 vezes. O destaque para as ações de saúde bucal e vacinação também foi identificado por Costa *et al.* (2013), como as ações de promoção à saúde, realizadas na escola, mais lembradas por um grupo de 32 docentes. Resultado semelhante também foi identificado por Silva-Sobrinho *et al.* (2017) em pesquisa realizada com profissionais de 3 escolas envolvendo nove docentes, 10 profissionais de saúde e 13 gestores do PSE, que destacaram entre as atividades mais realizadas a verificação da situação vacinal, avaliação antropométrica, promoção da segurança alimentar e alimentação saudável, e avaliação de saúde bucal. A vacinação também foi identificada como uma das ações mais realizadas nas atividades de saúde escolar de 90% dos países que compõem a União Europeia (MICHAUD *et al.* 2018).

Na Pergunta 10: “Você concorda ou discorda da seguinte afirmação: essas atividades contribuem para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes”, quase 70% dos professores concordam totalmente que as atividades do PSE contribuem para o processo ensino-aprendizagem dos estudantes, e somente 1,6% discordam totalmente. Para uma professora de ciências naturais: “Essas ações reforçam as discussões em sala de aula para o desenvolvimento de atitudes mais comprometidas com a

saúde e bem estar, especial do estudante” (sic).

Embora a resposta da professora de ciências naturais demonstre uma aproximação com as ações do PSE, não foram identificados outros momentos em suas respostas de que algum planejamento tenha sido realizado com a equipe de saúde.

Na Pergunta 11: “Você já recebeu alguma capacitação para trabalhar com o PSE?”, mais de 90% dos professores nunca receberam nenhuma capacitação, apenas 11 afirmaram já terem recebido alguma formação para trabalhar com o Programa, nenhum deles era professor de ciências naturais.

A ausência de capacitação sobre o Programa também foi identificada por Silva-Sobrinho *et al.* (2017, p. 103) quando os “docentes informam a importância da promoção da saúde, mas alegam falta de capacitação”. Mesma importância é observada no discurso de diretores de escolas pactuadas ao PSE no município de São Benedito/CE, que afirmam conhecer superficialmente o Programa, e reconhecer apenas as ações clínicas como parte do PSE (VERAS; FERREIRA; LOURINHO, 2020).

Na Pergunta 12: “Você concorda ou discorda da seguinte afirmação: os temas abordados pelos profissionais de saúde apresentam relação com o planejamento proposto para aquela série/turma onde a atividade foi realizada”, quase 40% dos professores concordam totalmente e 45% parcialmente, que os temas abordados pelos profissionais de saúde nas atividades realizadas no PSE, apresentam relação com o conteúdo da série/turma. O DSC apresentado no Quadro 3 expressa o discurso dos que concordam parcialmente com esta afirmativa.

Quadro 3 – DSC Concordo parcialmente – ideia central atividades com os estudantes

Quando a proposta é apresentada os professores tem autonomia para escolher as turmas, algumas vezes coincide com o tema. Há alguns aspectos lúdicos, mas muito superficial, os profissionais não são preparados para responder as dúvidas dos alunos.

Fonte: Os autores.

A autonomia a que se refere o Quadro 3, é parte do protagonismo que se espera que exista entre o serviço de educação e de saúde nas práticas do PSE, mas esta autonomia não deve se resumir apenas na escolha da turma, mas estar presente em todo o processo de planejamento, execução e avaliação da atividade.

Dois registros discordam totalmente, um deles, de uma professora de ciências naturais é apresentado na íntegra no Quadro 4.

Quadro 4 – Resposta de uma Professora de Ciências Naturais de EMEF para a Pergunta 12

A atividade é aplicada nas turmas que estiverem disponíveis no período e horário que a equipe da UBS decide vir à escola, sem consulta ao professor de ciências para saber qual o conteúdo que ele está desenvolvendo com aquela turma ou aviso para que ele tente encaixar a atividade da UBS em suas aulas. Aparentemente também não há consulta ao material didático para saber se o tema que eles decidiram tratar está dentro do previsto para aquele ano (sic).

Fonte: Os autores.

O relato apresentado pela professora de ciências naturais indica que há apenas a preocupação com a elaboração de um cronograma de acordo com a disponibilidade dos profissionais da UBS, não se importando com qual turma será realizada a atividade, tampouco em qual disciplina irá ocorrer. A mesma também apresenta a importância de, ao menos, comunicar o(a) professor(a) de ciências naturais sobre as atividades, para que ele(a) possa abordar o conteúdo em suas aulas, reforçando assim a temática desenvolvida com os estudantes.

Vale destacar que quase todas as ações do PSE apresentam relações com a disciplina de ciências naturais ou outras da grade curricular dos estudantes (SANTOS; ADINOLFI, 2020), reforçando assim a necessidade de um planejamento conjunto para a realização das atividades.

Na Pergunta 13: “Você obteve algum retorno sobre as ações desenvolvidas pelos profissionais de saúde com os estudantes ou profissionais da escola?”, sendo as ações realizadas com estudantes e/ou professores, é fundamental que a escola tenha um retorno dos resultados e as percepções dos parceiros sobre o trabalho desenvolvido. Porém, para mais de 50% dos professores, não há retorno sobre as ações desenvolvidas. O Quadro 5, apresenta o DSC dos professores que afirmam terem recebido retorno das unidades de saúde.

Quadro 5 – DSC Pergunta 13: Professores Sim – ideia central devolutiva

Durante um tempo tínhamos retornos mensais, algumas devolutivas nos horários de reuniões coletivas de alguns alunos em tratamento na UBS, mas insisti em saber. Sinto falta de um retorno mais ágil, são escassos e com pouca resolutividade, a coordenação é quem faz este serviço, a escola tenta fazer a ligação entre a UBS e a família através da Coordenação Pedagógica. Se buscamos informações [na UBS], somos atendidos sobre o comparecimento ou não do aluno na UBS.

Fonte: Os autores.

É possível observar na resposta, que os professores recebem a devolutiva pela gestão escolar, que se refere ao comparecimento dos estudantes nos atendimentos na unidade de saúde.

Esta dificuldade no recebimento de devolutivas, já era observada por Faria e Carvalho (2004) nas relações entre centros de saúde e escolas da rede EPS, no norte de Portugal, ao relatar a dificuldade das escolas em receber retornos sobre a percepção dos profissionais de saúde, das atividades realizadas ou atendimentos clínicos com os estudantes.

A devolutiva por parte da unidade de saúde é primordial para manutenção do conceito de

intersetorialidade presente no cerne do PSE, que em muitas ocasiões é definido como trabalho em conjunto, mas com clara liderança do setor saúde e atuação periférica da educação (SOUSA; ESPERIDIÃO; MEDINA, 2017).

As dificuldades encontradas na plena atuação intersetorial e a ausência de horizontalidade na tomada de decisões sobre o Programa, além de questões da dinâmica interna de cada setor, corroboram para a dificuldade encontrada pelos docentes em receberem um retorno da UBS sobre as ações desenvolvidas.

Na Pergunta 14: “Como você descreve a sua participação nas ações desenvolvidas pelo PSE?”, a análise das respostas identifica que esta participação pode ser nula ou ativa, na maioria das vezes se resume a um apoio operacional de organização do espaço físico e dos estudantes com pouco envolvimento com a atividade realizada. No Quadro 6 pode ser observada a participação de professoras de CEI sobre sua atuação com o PSE.

Quadro 6 – DSC Participação das Professoras de CEI no PSE – ideia central apoio

Participação das educadoras traz segurança para as famílias e contribui para o desenvolvimento da comunidade. Sempre que noto alguma diferença comunico a enfermeira da UBS e sempre junto com os pais na orientação. Participei de uma palestra e auxilio no atendimento acompanhando os procedimentos realizados, ajudo no que for necessário organizando as crianças, organização da turma e “olhar” as crianças durante o atendimento. Organização para vacinação. A participação é muito importante é um bom aprendizado participar como aluno, ouvinte e colaborador, é uma forma de ser participativa na saúde das crianças.

Fonte: Os autores.

Se observa uma postura de apoio com foco direcionado no “cuidar” das crianças para que o atendimento aconteça. As respostas das professoras “*Apenas de "olhar" as crianças enquanto o atendimento é feito*” (sic) e “*ajuda na organização das crianças*” (sic) evidenciam uma postura de cuidadora ao invés de professora durante as ações do PSE.

Uma professora de ciências naturais descreve sua participação como: “[...] *nula ou, no máximo, de espectadora. A equipe não conta com você em momento nenhum, até por que nunca sabem se uma professora de ciências poderá acompanhar a atividade, então não podem planejar atividades contando com a presença de um professor*” (sic). O sentimento da professora de ciências naturais é o reflexo da ausência do planejamento nas ações do PSE.

Na Pergunta 15: “Como os profissionais de saúde deveriam ser capacitados/preparados antes de realizarem atividades com os estudantes?”. Para os professores de ciências naturais este preparo envolve maior participação do profissional de saúde na rotina da escola e conhecimento sobre o currículo, como pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 – DSC Professores de ciências naturais – ideia central preparo dos profissionais da UBS

Receber uma orientação sobre estratégias didáticas e pedagógicas e conhecer o currículo de ciências para realizar parcerias com os professores e estar mais presentes nas escolas, mantendo uma proximidade com o cotidiano escolar, conhecendo melhor os estudantes, funcionários e participação no PPP.

Fonte: Os autores.

A ausência do preparo de profissionais de saúde na realização de ações do PSE é apresentada por Carvalho (2015), que ao pesquisar a entrada do PSE em três escolas de dois municípios no estado do Rio de Janeiro, identificou o despreparo dos profissionais de saúde no atendimento e acolhimento aos estudantes.

Na Pergunta 16: “Que tipo de contribuição os profissionais de educação podem oferecer no planejamento, execução e avaliação do PSE, visando à melhoria contínua no desenvolvimento do programa?”; o DSC dos professores de ciências naturais para a pergunta é apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – DSC Professores de ciências naturais, ideia central contribuições ao Programa

Com um contato mais regular e empatia, oportunizar a presença do profissional de saúde no planejamento pedagógico para adequar as ações do PSE ao currículo e ao PPP, abordando os temas em sala de aula de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Fonte: Os autores.

Entre os professores se observa que ainda há muito o que contribuir para o melhor aproveitamento das ações do PSE no contexto pedagógico, mesmo que muitas respostas façam referência a contribuição operacional de auxiliar na realização das ações, é presente a necessidade das atividades do Programa constarem no planejamento da escola e que este planejamento deve ser realizado de maneira conjunta por docentes e profissionais de saúde, para que o seu potencial pedagógico seja trabalhado pelos professores em sala de aula.

4 Considerações finais

Observou-se nos resultados que a percepção dos docentes para as relações intersetoriais entre educação e saúde são muito frágeis, cabendo ao setor saúde o planejamento, execução e avaliação das atividades; aos educadores cabe auxiliar na organização operacional das atividades, principalmente no preparo do espaço físico e para “manter a ordem” dos estudantes, o que reduz o papel do educador ao de cuidador.

Embora todas as ações do PSE apresentem alguma relação com as habilidades na BNCC e/ou com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do CCSP, as ações realizadas

apresentam, na maioria das vezes, uma abordagem clínico-assistencial, em alguns momentos até higienista. Especialmente, quase todas as ações do PSE apresentam relações diretas com o currículo de ciências naturais, com amplo potencial para articular as ações desenvolvidas pelo Programa com o conteúdo desenvolvido pelo professor, potencial que não é aproveitado.

Conclui-se que as ações do PSE são planejadas, executadas e avaliadas somente pelos profissionais de saúde, com pouca ou nenhuma participação dos docentes. O poder simbólico do serviço de saúde presente de maneira estrutural na sociedade, se materializa no poder do jaleco branco: um poder simbólico construído socialmente e atribuído aos profissionais de saúde como únicos detentores do saber quando o assunto é cuidado com a saúde, desconsiderando os demais saberes, inclusive dos docentes (SANTOS, 2021).

Cabe à escola, nesta parceria, um lugar de passividade enquanto o protagonismo pertence ao serviço de saúde. Protagonismo que tem origem na própria organização do Programa, pois tanto a prestação de contas e o repasse financeiro, quanto a realização das ações, ficam exclusivamente com o serviço de saúde. Protagonismo da saúde que fere a autonomia dos educadores e das equipes pedagógicas, evidenciando o poder do jaleco branco.

Entre os docentes, este protagonismo deve ser especialmente exercido pelo professor de ciências naturais, o que não se viu nesta pesquisa, pois normalmente é o professor quem mais “conhece” de temas de saúde, devido a sua formação acadêmica e aos temas de saúde serem próprios do conteúdo desta disciplina, o que reforça a necessidade do planejamento conjunto das ações, para que as atividades desenvolvidas no âmbito do PSE, encontre relações com o conteúdo desta disciplina, mesmo que o professor de ciências naturais não esteja presente no momento da atividade.

Compreender como se dão as parcerias entre educação e saúde é fundamental para que as ações do PSE sejam planejadas, executadas e avaliadas em conjunto, tanto no território da DRE Pirituba/Jaraguá, como em outros. É necessário que novas pesquisas sejam realizadas por profissionais de educação, em outros cenários e territórios, ouvindo inclusive profissionais de saúde, para que possam subsidiar mudanças na política pública, nas concepções e práticas de educação e saúde, que resultem de fato em cuidado com a saúde e aprendizagem significativa.

Referências

ASSIS, S. S.; ARAÚJO-JORGE, T. As doenças negligenciadas e a promoção da saúde: possibilidades e limites para articulação entre os currículos de ciências e o Programa Saúde na Escola (PSE). *Revista da SBEnBio*, n. 7, p. 6853–6864, out. 2014. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/10627/2/sheila_assisetania_IOC_2014.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.



BRASIL. Lei federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e da outras providências*. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20Para%20efeito%20do,m%C3%A9dio%2C%20o%20de%20segundo%20grau>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº CEB 04/98, de 29 de janeiro de 1998. 1998b. *Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Decreto nº. 6.286 de 06 de dezembro de 2007. 2007. *Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências*. Brasília, DF: Congresso Nacional, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017. 2017. *Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola – PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRINGEL, N. M. M. *et al.* Posturas e estratégias sobre sexualidade a partir do programa saúde na escola: discursos de professores. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 6, n. 4, p. 494–506, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769221538>



CARVALHO, F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, n. 4, p. 1207–1227, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400009>

COSTA, G. M. C. *et al.* Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 15, n. 2, p. 506–515, jul. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v15i2.15769>

FARIA, H. A.; CARVALHO, G. S. D. Escolas promotoras de saúde: factores críticos para o sucesso da parceria escola-centro de saúde. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, v. 22, n. 2, p. 79–90, 2004. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42387/1/EPS_RevPortSaudePublica2004.pdf. Acesso em 15 jun. 2021.

GENTIL, D. F.; CORDEIRO, M. J. J. A. Programa Saúde na Escola: a vacinação contra o HPV na percepção de gestores escolares. *Interfaces da Educação*, v. 11, n. 41, p. 550–581, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v11i31.4194>

LEFEVRE, F. *et al.* O discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a pílula do dia seguinte. *Journal of Human Growth and Development*, v. 20, n. 3, p. 798–808, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v20n3/15.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

LEFEVRE, F. *Discurso do Sujeito Coletivo: nossos modos de pensar: nosso eu coletivo*. São Paulo: Andreoli, 2017.

LEITE, C. T. *et al.* The school health program: teachers' perceptions. *Investigación y Educación en Enfermería*, v. 33, n. 2, p. 280–287, 2015. DOI: <http://doi.org/10.17533/udea.ice.v33n2a10>

MICHAUD, P. A. *et al.* Effective School Health Service: A Response to Adolescent Health Needs in Europe. *The Journal of Pediatrics*, v. 193, p. 278–280, feb. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpeds.2017.10.051>

SANTOS, E. M. *O olhar dos professores ao Programa Saúde na Escola: contribuições na perspectiva do ensino de ciências naturais*. 2021. 235p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo/SP, 2021. Disponível em: https://spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/DOCUMENTOS_MENU_LATERAL_FIXO/POS_GRADUA%C3%87%C3%83O/MESTRADO/Ensino_de_Ci%C3%A4ncias_e_Matem%C3%A1tica/Dissertacoes/2021/Edson_Manoel_dos_Santos_2021_Dissertacao.pdf Acesso em: 26 set. 2022.

SANTOS, E. M.; ADINOLFI, V. T. S. O ensino de ciências como campo de intersectorialidade: o Programa Saúde na Escola, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo da Cidade de São Paulo. *Posgere*, v. 4, n. 2, p. 51–68, 2020. Disponível em: <http://seer.spo.ifsp.edu.br/index.php/posgere/article/view/912>. Acesso em: 08 out. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. *Currículo da cidade: ensino fundamental: componente curricular: ciências da natureza*. 2. ed. São Paulo: SME/COPED, 2019a. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/cc-ef-ciencias-naturais.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SILVA-SOBRINHO, R. A. *et al.* Percepção dos profissionais da educação e saúde sobre o Programa Saúde na Escola. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 93–108, abr. 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/77>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SOUSA, M. C.; ESPERIDIÃO, M. A.; MEDINA, M. G. A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1781–1790, jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.24262016>

VERAS, K. C. B. B.; FERREIRA, H. S.; LOURINHO, L. A. Formação de diretores escolares para o Programa Saúde na Escola: uma pesquisa-ação. *Educação e Formação*, v. 5, n. 14, p. 195–215, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i14.898>